



Subseção Judiciária de Marabá/PA faz doação a três entidades filantrópicas

A Justiça Federal em Marabá, no Pará, entregou a três entidades filantrópicas da cidade cerca de 500 latas de leite em pó arrecadadas no último processo seletivo de estagiários, concluído em 30 de agosto, o que representa o volume aproximado de 200 quilos. No ato de inscrição, cada candidato fez a doação de dois quilos de leite.

Os donativos foram entregues no dia 22 de setembro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apa), que recebeu, aproximadamente, 145 latas de leite (58 quilos), e ao Abrigo de Acolhimento, contemplado com cerca de 150 latas (60 quilos). No dia 3 de outubro, a Sociedade Espírita Cristã Casa do Caminho recebeu os últimos 80 quilos, o que equivale a quase 200 latas de leite. [\[Leia mais\]](#)

Araguaína/TO ganha segunda vara federal e nova sede

Nesta segunda-feira, dia 16, será realizada a solenidade de instalação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Araguaína, em Tocantins, e de inauguração da nova sede da Seccional. O evento, que acontece às 18h, contará com a presença do vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Ítalo Mendes. A cobertura da solenidade será veiculada no próximo informativo.

CJF começa a receber trabalhos acadêmicos para a “Série Monografias 2018”

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) lançou, na última terça-feira (10), o edital para seleção de trabalhos acadêmicos à “Série Monografias 2018”. Interessados, em inscrição de teses ou dissertações, têm até o dia 8 de dezembro deste ano para enviarem suas publicações, obrigatoriamente inéditas.

A “Série Monografias” é uma coleção editada pelo CEJ, com versão impressa e eletrônica divulgada no portal do CJF e com acesso livre e gratuito. A coletânea tem o objetivo de oferecer espaço de publicação para profissionais do Direito e acadêmicos divulgarem suas dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre temas relevantes para a Justiça Federal, em especial, ou para o Judiciário, em geral, com vistas a estimular o estudo e a produção intelectual.

O Conselho Editorial do Centro de Estudos Judiciários selecionará de duas a quatro teses ou dissertações para serem publicadas. Para a seleção, será utilizado o sistema de avaliação cega, no qual os autores permanecem anônimos. Serão levados em consideração critérios relativos ao tema, sua relevância, abrangência (em oposição a temas específicos), atualidade e contribuição para a jurisdição da JF. [\[Leia mais\]](#)

Confira os destaques do Primeira Região na Web

O curso “Formação Inicial para Líderes e Gestores”, promovido pelo Tribunal; o grupo de trabalho responsável pela elaboração e consolidação do Relatório de Gestão da Justiça Federal da Primeira Região; a palestra “O Monge e o Executivo”, proferida no TRF1, e a visita ao Tribunal de estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Brusque, em Santa Catarina, são assuntos do Primeira Região na Web desta semana.

O link do programa foi enviado por e-mail a todo o corpo funcional da Primeira Região. Esta e as edições anteriores estão disponíveis no portal do Tribunal, em “Comunicação Social/Imprensa/Primeira Região na Web”.

Reunião na Subseção Judiciária de Uberlândia define estratégia para solução consensual de conflitos na área de saúde



Foi apresentado, no dia 29 de setembro, na Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, o projeto denominado Câmara de Mediação em Direito da Saúde (CAMEDS), idealizado pelo juiz federal Jorge Alberto Araújo de Araújo, coordenador do Centro Judiciário de Conciliação (CEJUC) da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, para facilitar a solução consensual de conflitos na área da saúde relacionados ao fornecimento de medicamentos, disponibilização de leitos em UTIs, marcação de consultas e exames, entre outros.

O projeto consiste na conciliação pré-processual em questões de saúde. As pessoas necessitadas entram em contato com os conciliadores nas unidades de conciliação da Justiça Federal da 1ª Região que são mediadores na solução consensual do conflito mediante interlocução com agentes públicos atuantes nas secretarias municipais de saúde e nos hospitais públicos locais interligados por grupos de WhatsApp. O mecanismo propicia, também, estreitamento das relações institucionais com a consequente melhora no diálogo, inclusive entre as três esferas de governo. [\[Leia mais\]](#)